

NECTA GÁS NATURAL

NECTA GÁS NATURAL S.A.

CNPJ nº 03.024.705/0001-37 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 apresentou sinais de instabilidade na economia, a princípio aquecidos por fatores políticos e climáticos. Sendo assim, o volume apresentou queda de 10% em relação ao ano anterior, reflexo direto do segmento Industrial que abrange setores da indústria de cerâmica, papel e alimentício, houve queda também no segmento GNV. O EBITDA atingiu R\$ 142 milhões, 5,34% abaixo do ano anterior, reflexo dessa queda de volume. Os investimentos totalizaram R\$ 43 milhões em 2024 alinhado com o planejamento da Companhia. No ano de 2024 foi ultrapassada a marca de 47 mil clientes, um incremento de 6% em relação ao ano anterior, e atingiu-se a marca de 1.393 quilômetros de rede construída.

Balço patrimonial - (Em milhares de Reais)
Ativos
Caixa e equivalentes de caixa
Contas a receber de clientes
Estoques
IR e CS a recuperar
Outros impostos a recuperar
Receíveis de partes relacionadas
Ativos financeiros setoriais
Gás pago e não retirado
Adiantamento a fornecedores
Outros ativos
Despesas antecipadas
Ativo circulante
IR e CS diferidos
Outros tributos a recuperar
Depósitos judiciais
Outros ativos
Outros ativos financeiros
Direito de uso
Ativos de contrato
Imobilizado
Intangível
Ativo não circulante
Total do ativo

Demonstração dos resultados (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)
Receita operacional líquida
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados
Resultado bruto
Despesas de vendas
Despesas gerais e administrativas
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas
Resultado operacional
Despesas financeiras
Receitas financeiras
Variações monetárias e cambiais, líquidas
Resultado financeiro líquido
Resultado antes do IR e CS
IR e CS
Corrente
Diferido
Resultado líquido do exercício
Resultado líquido do exercício atribuído aos:
Acionistas controladores
Resultado básico por ação - em Reais

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais)
Fluxo de caixa das atividades operacionais
Resultado antes do IR e CS
Ajustes por:
Depreciação e amortização
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível
Amortização do valor presente do ativo financeiro da concessão
Remuneração sobre bens da concessão indenizáveis
Provisão para demandas judiciais
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos
Provisão de bônus e participação no resultado
Provisão para perdas de crédito esperadas
Provisão de juros sobre debêntures
Provisão de ativos de contrato

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - (Em milhares de Reais)
Reservas de lucros
Capital social
Reserva legal
Dividendos adicionais propostos
Lucro no período
Total

Demonstração do valor adicionado - (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)
Receitas
Receitas de distribuição de gás
Receita de construção
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas
Perda (reversal) por redução ao valor recuperável de contas a receber
Insumos adquiridos de terceiros
Custo do gás, transporte e compra de energia
Custo de construção
Materiais, serviços e outras despesas
Valor adicionado bruto
Retenções
Depreciação e amortização
Valor adicionado líquido produzido
Valor adicionado recebido em transferência
Receitas financeiras
Valor adicionado total a distribuir
Distribuição do valor adicionado
Pessoal e encargos
Remuneração direta
Benefícios
FGTS/Outros
Impostos, taxas e contribuições
Fiscais
Estaduais
Municipais
Despesas financeiras e alugueis
Juros
Alugueis e arrendamentos
Outros
Remuneração de capitais próprios
Resultado do exercício

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional: A Necta Gás Natural S.A. tem como atividade principal a prestação de serviços de distribuição de gás canalizado na região noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo 37 municípios sob regime de concessão. A Companhia opera em diversos segmentos, incluindo os mercados industrial, residencial, comercial, gás natural veicular (GNV), termo geração e cogeração, além de desempenhar atividades correlatas ao seu objeto social. O Contrato de Concessão foi firmado em 10 de dezembro de 1999 entre a Necta Gás Natural S.A. e o Poder Concedente, representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP). Este instrumento regula a prestação dos serviços de distribuição de gás canalizado na área mencionada, com um prazo inicial de 30 anos, encerrando-se em 9 de dezembro de 2029. O contrato permite uma prorrogação única por mais 20 anos, mediante solicitação formal da Companhia e aprovação do Poder Concedente. Em 14 de novembro de 2024 a Companhia protocolou junto ao Poder Concedente e a ARSESP o Pedido de Prorrogação Ordinária de Vigência do Contrato de Concessão nº CSP/002/99, em consonância com o disposto na Cláusula Quinta do Contrato e suas subcláusulas, com o objetivo de iniciar as tratativas para a celebração de aditivo contratual formalizando a prorrogação ordinária do Contrato de Concessão nº CSP/002/99, pelo prazo de 20 (vinte) anos contados a partir de 10 de dezembro de 2029. A ARSESP é responsável por fiscalizar e regular os serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo. As tarifas aplicadas pela Companhia são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na atualização dos custos do gás e na correção da margem de distribuição pela inflação. Adicionalmente, a Deliberação ARSESP nº 1.010/2020 permite a realização de reajustes tarifários extraordinários antes do período anual, desde que sejam cumpridos critérios específicos. Esses critérios incluem a diferença entre o custo do gás natural previsto na tarifa vigente e o custo efetivamente pago pela Companhia ao fornecedor. O reajuste extraordinário é autorizado apenas quando essa diferença excede os limites estabelecidos pela regulamentação, considerando a volatilidade do preço do gás natural no mercado. Além dos reajustes anuais e extraordinários, ocorre uma Revisão Tarifária a cada cinco anos. Nesse processo, as margens tarifárias são ajustadas com base nas projeções de custos e volumes estimados para o quinquênio seguinte. O objetivo da revisão é garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e a

4. Normas contábeis
4.1. Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia
Norma aplicável
Principais requisitos ou mudanças na política contábil
IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamentos
Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para uma sale leaseback que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de sale and leaseback.
IAS 1/ CPC 26 (R1) - Apresentações das Demonstrações Contábeis
A alteração na norma especifica os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.
CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")
As alterações introduzem novos objetivos de divulgação para transações de financiamento de fornecedores (risco sacado) incluindo termos e condições e prazos de recebimento.
IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e IFRS 09/CPC 48 - Instrumentos financeiros.
As alterações trazem ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.

As alterações discorridas acima não tiveram impacto nas Demonstrações Financeiras Individuais da Necta Gás.
4.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas
Norma aplicável
Principais requisitos ou mudanças na política contábil
IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e IFRS 01/ CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.
Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.
O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Compass está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras consolidadas e suas notas explicativas.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.
IFRS 09/CPC 48 - Instrumentos financeiros e IFRS 07/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidênciação.
O IFRS 19 permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos. A Compass não é elegível para a aplicação do IFRS 19.
As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam que determinados requisitos da norma sejam mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas Environmental, Social and Governance ("ESG"); e (ii) desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Compass.
IAS 28/CPC 18 - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e CPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.
A atualização alinha as práticas contábeis do Brasil às internacionais. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Compass.
5. Ativo e passivos financeiros: Política contábil: A Companhia mensura inicialmente seus ativos financeiros pelo valor justo. Para ativos financeiros que não são mensurados a valor justo por meio do resultado, esse valor inicial inclui os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. Ativos financeiros classificados ao custo amortizado são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo principal é obter fluxos de caixa contratuais que consistam exclusivamente em pagamentos de principal e juros. A classificação de ativos financeiros segue dois critérios fundamentais: 1. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos financeiros. 2. A natureza dos fluxos de caixa contratuais, que devem representar apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas e outros ativos financeiros. A Companhia não realizou nenhuma remensuração dos ativos financeiros. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber fluxos de caixa expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo. Os passivos financeiros são classificados em duas categorias principais: 1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem instrumentos designados para negociação, derivativos ou passivos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses passivos são mensurados ao valor justo, e os resultados líquidos, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. 2. Mensurados ao custo amortizado: incluem os passivos financeiros não enquadrados na categoria anterior. Esses passivos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. As despesas de juros, bem como eventuais ganhos ou perdas cambiais associadas, são reconhecidas no resultado. O desreconhecimento de um passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais são extintas, canceladas ou vencidas. Caso os termos contratuais sejam significativamente alterados, o passivo original é substituído por um novo, mensurado ao valor justo na data de sua reclassificação. Qualquer diferença entre o passivo anterior e o

de custos. Em razão disso, foi solicitada uma análise às áreas técnicas da Companhia para verificar se os custos alocados a esses projetos estavam ou já deveriam estar finalizados. Diante desse cenário, a Companhia decidiu provisionar o montante envolvido até que as análises sejam concluídas.

19. Direito de uso: Política contábil: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso conforme a data de início do arrendamento, em que o ativo subjacente se torna disponível para utilização. O ativo é inicialmente mensurado pelo custo, que inclui o passivo de arrendamento, custos diretos iniciais, e pagamentos realizados até o início do contrato.

Table with columns: Valor de custo, Imóveis, Veículos, Impressoras, Total. Rows: Saldo em 31/12/2022, Adições, Baixas, Saldo em 31/12/2023, etc.

20. Redução ao valor recuperável: Política contábil: O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos abaixo os detalhes dessa operação:

Table with columns: Movimentação das debêntures, 31/12/2024, Apropriação custos de captação da dívida, Pagamento principal, Juros provisionados, Juros pagos, 31/12/2023.

Agindo da dívida e suas principais características: Aging Até 12 meses, 13 a 24 meses.

Table with columns: Encargos financeiros, NETA11, Inde-xador, Taxa anual, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023, Venci-mento, Objetoivo.

22. Passivo de arrendamento: Política contábil: A Companhia adota um único modelo de contabilização para todos os arrendamentos no balanço patrimonial, independentemente de sua classificação como financeiro ou operacional.

23. Fornecedores: Política contábil: As obrigações com fornecedores representam as dívidas assumidas pela Companhia em decorrência da aquisição de bens ou serviços no curso normal das suas atividades operacionais.

Table with columns: Fornecedores de gás e transportes de gás, Fornecedores de materiais e serviços, 31/12/2024, 31/12/2023.

A Companhia tem celebrado com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) três contratos de compra e venda de gás natural na modalidade firme inflexível, sendo que um deles possui vigência até dezembro de 2025.

24. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social, tanto correntes quanto diferidos, são apurados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 mil para o imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

25. Provisão para demandas e depósitos judiciais: Política contábil: As provisões são contabilizadas quando a Companhia identifica uma obrigação presente decorrente de eventos passados, sendo provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar tal obrigação e desde que o valor da obrigação possa ser mensurado de forma confiável.

Table with columns: Cíveis e regulatórias, Trabalhistas, 31/12/2024, 31/12/2023.

26. Provisão para demandas judiciais: Política contábil: A mensuração da probabilidade de perda envolve uma análise criteriosa baseada nas evidências disponíveis no momento, incluindo: a) Hierarquia das leis aplicáveis; b) A jurisprudência existente; c) As decisões judiciais mais recentes e sua relevância no sistema jurídico vigente; e d) Pareceres técnicos de consultores jurídicos externos e internos.

que levam em consideração as premissas relacionadas ao negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de cinco anos e perpetuados sem considerar uma taxa de crescimento real. A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de impairment para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado.

27. Receita operacional líquida: Política contábil: A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais: i. Receita faturada - A receita proveniente da distribuição de gás canalizado é reconhecida quando o controle do bem fornecido (gás) é transferido ao cliente, ou seja, quando os volumes de gás são efetivamente entregues, conforme medição realizada mensalmente.

28. Custos e despesas por natureza: Política contábil: Custo dos produtos vendidos e serviços prestados inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos, gastos de pessoal, depreciação e amortização de ativos, custos de construção e materiais e serviços.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Receita bruta na distribuição de gás, Receita bruta na prestação de serviços, Receita de construção, etc.

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: Política contábil: Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, intangível e investimento.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Receitas - multas contratuais, Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, etc.

30. Resultado financeiro líquido: Política contábil: As receitas financeiras incluem: a) Receitas de Juros sobre Aplicações Financeiras que considera a taxa efetiva de retorno ao longo do período de vida do instrumento financeiro, incluindo custos de transação diretamente atribuíveis à operação.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Ajuste a valor presente arrendamento, Taxas e tarifas bancárias, Despesas com Juros sobre Empréstimos e Debêntures, etc.

31. Eventos subsequentes: A Companhia não identificou nenhum evento subsequente até a data de aprovação das demonstrações financeiras.

Resultado antes do IR e CS: IR e CS à taxa nominal (34%), Ajustes para cálculo da taxa efetiva, Juros sobre capital próprio, Outros, IR e CS (corrente e diferido), Taxa efetiva - %.

Diferenças temporárias: Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão, Provisão para demandas judiciais, Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas, Provisões diversas, Outros, Total.

Créditos passivos de: Diferenças temporárias, Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro, PIS e COFINS a recuperar (Provisão), Total.

Diferença de tributos diferidos registrados: Total diferido, líquido. Inclui os ajustes referente ao IFRS 16 e provisões não operacionais como provisão de reclassificação de ativos.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Resultado antes do IR e CS, IR e CS à taxa nominal (34%), Ajustes para cálculo da taxa efetiva, etc.

A Companhia não espera a ocorrência de eventos que possam impactar de forma significativa a alíquota efetiva anual além daqueles já divulgados nesse exercício. 24.2. Ativos e passivos de imposto de renda diferido: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou um saldo de diferenças temporárias de R\$124.179 (R\$119.811 em 31 de dezembro de 2023), decorrente das divergências entre o lucro contábil e o lucro tributável.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Diferença de tributos diferidos registrados, Total diferido, líquido.

A atualização do CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, vigente desde janeiro de 2023, restringiu o alcance da isenção de reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos mencionada nos parágrafos 15 e 24 da norma.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Diferença de tributos diferidos registrados, Total diferido, líquido.

26. Patrimônio líquido: Política contábil: Capital Social - As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. A estrutura de capital social é composta exclusivamente por ações ordinárias, não havendo emissão de ações preferenciais.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Custos do gás e transporte, Custo de construção, Depreciação e amortização, etc.

27. Receita operacional líquida: Política contábil: A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais: i. Receita faturada - A receita proveniente da distribuição de gás canalizado é reconhecida quando o controle do bem fornecido (gás) é transferido ao cliente, ou seja, quando os volumes de gás são efetivamente entregues, conforme medição realizada mensalmente.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Receita bruta na distribuição de gás, Receita bruta na prestação de serviços, Receita de construção, etc.

28. Custos e despesas por natureza: Política contábil: Custo dos produtos vendidos e serviços prestados inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos, gastos de pessoal, depreciação e amortização de ativos, custos de construção e materiais e serviços.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Receitas - multas contratuais, Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, etc.

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: Política contábil: Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, intangível e investimento.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Receitas - multas contratuais, Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, etc.

30. Resultado financeiro líquido: Política contábil: As receitas financeiras incluem: a) Receitas de Juros sobre Aplicações Financeiras que considera a taxa efetiva de retorno ao longo do período de vida do instrumento financeiro, incluindo custos de transação diretamente atribuíveis à operação.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Ajuste a valor presente arrendamento, Taxas e tarifas bancárias, Despesas com Juros sobre Empréstimos e Debêntures, etc.

31. Eventos subsequentes: A Companhia não identificou nenhum evento subsequente até a data de aprovação das demonstrações financeiras.

Jose Eduardo Moreira, Carlos Eduardo de Moraes Barros Júnior, Rodrigo Freitas Cayres. Contador: PAULO FRANÇA DOS SANTOS - CRC/SP 15P201480/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Administradores da Necta Gás Natural S.A. - Araraquara - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras - Examinamos as demonstrações financeiras da Necta Gás Natural S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Necta Gás Natural S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado - Informação suplementar** - A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras** - A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela diretoria e governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Ribeirão Preto, 18 de fevereiro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1
Lincoln Augusto Inácio - Contador CRC 1 SP 304008/O

ASSINAR 2 pdf

Código do documento bf0e2c59-58f7-4a3e-a6b6-4d23fd31511a



Assinaturas



JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104
Certificado Digital
jornaloimparcialararaquara@gmail.com
Assinou

Eventos do documento

26 Mar 2025, 11:17:32

Documento bf0e2c59-58f7-4a3e-a6b6-4d23fd31511a **criado** por DANIELA SIMOES CORREA DA SILVA FERNANDES (89490022-942a-420d-811e-5e0d3515664e). Email:jornaloimparcialararaquara@gmail.com. - DATE_ATOM: 2025-03-26T11:17:32-03:00

26 Mar 2025, 11:18:01

Assinaturas **iniciadas** por DANIELA SIMOES CORREA DA SILVA FERNANDES (89490022-942a-420d-811e-5e0d3515664e). Email: jornaloimparcialararaquara@gmail.com. - DATE_ATOM: 2025-03-26T11:18:01-03:00

26 Mar 2025, 11:18:18

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104 **Assinou** Email: jornaloimparcialararaquara@gmail.com. IP: 191.251.134.133 (191.251.134.133.static.adsl.gvt.net.br porta: 46278). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104. - DATE_ATOM: 2025-03-26T11:18:18-03:00

Hash do documento original

(SHA256):8eb76fa8731793eadfef4af8ce955e808d1c2a76ce545fa0e94ece302ec1f66c
(SHA512):09bfc5012f738ae70b9d7a32bf5a13718353c5ac36a138315d7ae33b5a7a1f7782fd943ea77ad4107fa7015b15a757486b7a7562f5b14e5df4904b32214cef

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

